

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT

### **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2004** (Do Sr. ALEXANDRE SANTOS)

Propõe que a Comissão de Finanças e Tributação realize ato de fiscalização e controle, por meio da Secretaria de Receita Federal, acerca das operações de comércio de refrigerantes das empresas fabricantes do produto Coca Cola no Brasil.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, incisos I e II, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, através da Secretaria de Receita Federal, sobre todas operações de comércio de refrigerantes das empresas fabricantes do produto Coca Cola no Brasil, além do pagamento dos seus tributos federais.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Face à Audiência Pública realizada no último dia 03 de junho de 2004, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, onde se expôs as irregularidades ocorridas no setor de refrigerantes, desde o que tange a livre concorrência até os indícios de sonegação dos tributos federais, pelas empresas fabricantes do produto Coca Cola, vieram à tona os verdadeiros problemas que assombram o mercado interno que sofre com o monopólio das empresas multinacionais instaladas no nosso país.

A desordem que se instalou nos negócios das empresas fabricantes do produto Coca Cola nos últimos anos, em função da cartelização, poder das empresas a ela ligadas, deficiências da fiscalização por parte das autoridades, elevada sonegação de tributos e das práticas crescentes de inflação dos seus lucros para elevar suas vendas, podendo

atingir metas de crescimento nos lucros, deu grandes prejuízos ao Estado e lesou os consumidores finais, bem como os concorrentes leais.

Um dos grandes problemas vividos na comercialização de refrigerantes, que afeta as relações competitivas do mercado, é a fraude contábil. No entanto, a sonegação parece ser o problema mais difícil de atacar e o que mais explicitamente “mete a mão no bolso” dos cofres públicos.

Combater esta irregularidade não é simples, pois as empresas sabem que a prática é ilegal e buscam implementar a conduta de forma secreta ou simulando comportamentos normais de mercado. Existem fortes incentivos à colusão, notadamente os substanciais acréscimos de lucros derivados da maquinação de seus números. A única forma de se reverter esses incentivos é a adoção de medidas que tornem o risco de descoberta e de punição dos responsáveis, mais alto do que a probabilidade de lucros excepcionais, obtidos com estas condutas.

No âmbito do Poder Executivo federal, cabe à esta Comissão, por meio de Órgão competente, a implementação de políticas que devem visar à preservação dos interesses nacionais, à promoção do desenvolvimento dos recursos públicos, à proteção dos interesses dos consumidores quanto a qualidade e oferta dos produtos.

Sendo que esta Comissão possui poderes para resolver pendências concernentes a tributação.

É portanto fundamental a utilização deste mecanismo (ato de fiscalização e controle) no âmbito desta Comissão de Finanças e Tributação para permitir um acompanhamento permanente e garantir que medidas fiscalizadoras sejam de fato eficazes, protegendo o Brasil e os brasileiros.

Sala da Comissões, em 08 de junho de 2004.

**ALEXANDRE SANTOS**

Deputado Federal